

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

CÂMARA MUNICIPAL DE
TERRAS DE BOURO



Relatório de Gestão



ÍNDICE:

Relatório de Gestão	2
Introdução	2
Relatório de Atividades	6
Relatório Financeiro.....	8
Execução e evolução da política orçamental.....	8
Evolução da situação económica e financeira	18
Evolução da dívida municipal	24
Distribuição de custos por funções.....	27
Recursos Humanos	29

RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

O ano de 2018 representou para este Executivo um ano de instalação, afirmação e consolidação, quer em termos da gestão global, quer na implementação de ações e estratégias políticas que, plasmadas no nosso manifesto eleitoral sufragado pelos eleitores, começaram a ser desenvolvidas no território.

A função política e autárquica não pode ficar dissociada desse plano traçado, das opções assumidas e das estratégias preconizadas.

Este relatório de gestão reflete isso mesmo, assumindo-se, assim, como um instrumento relevante e de prestação de contas que, assente nas regras mais elementares da contabilidade, poderá constituir-se num barómetro que servirá para avaliações futuras, relativamente às opções que, de forma convicta e coerente, foram tomadas.

Na realidade, num Município como o nosso, são muitas as áreas onde, intervenções diversas, com obras de carácter urgente e respostas nas mais variadas vertentes, reclamam e impõem uma atitude proativa, solidária e de ação concreta.

Nessas respostas, reside e radica o discernimento sobre o que é essencial, estrutural e estruturante.

Baseados nesses princípios e norteados por esses vetores basilares, pode considerar-se que a gestão interna e externa teve durante o ano económico de 2018 essa preocupação, essa sensibilidade, tomando como primado o interesse concelhio e, como centro desse interesse, o município e sobretudo os munícipes.

São disso reflexo os projectos que foram elaborados, candidatados ou estão prontos para candidatar.

Apenas como mera referência, mas de importância crucial, é de salientar as obras de requalificação da estrada de Leonte à Portela do Homem e da **Mata de Albergaria**, que terão início a muito curto prazo.



Na área social, procuramos acudir aos casos que nos foram sendo colocados, e que foram muitos, ao nível das necessidades para criar melhores condições habitacionais, apoio às famílias carenciadas e às instituições que no terreno desenvolvem a ação meritória de responder e acolher aqueles que procuram esses serviços.

Uma das medidas dinamizadoras é o Incentivo à Natalidade, sendo atribuídas às crianças de agregados familiares residentes no concelho duas vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação e/ou produtos de puericultura, bens alimentares e de higiene.

A reabilitação e melhoria de habitações degradadas ou sem as infraestruturas básicas, foi relançada através do projecto “Habitação Condigna”.

No que diz respeito às necessidades básicas das populações, existiu e mantém-se, uma preocupação contínua em melhorar as acessibilidades, garantir uma rede de abastecimento de água de consumo humano mais eficaz e ampliar a rede de saneamento, proporcionando melhores condições de vida e maior dignidade a todos os munícipes.

Há nestas áreas ainda muito por fazer, mas é, conscientes dessa realidade, que estamos a trabalhar com as entidades competentes para que, quer no Vale do Cávado, quer no Vale do Homem, se atinjam níveis mais elevados de satisfação.

O património municipal também não foi nem está a ser descurado e, atendendo aos constrangimentos orçamentais do Município, foram submetidas e estão a ser preparadas várias candidaturas, direccionadas a vertentes distintas, tais como a requalificação e

beneficiação de vários edifícios municipais de forma dotá-los de uma melhor eficiência energética.

De salientar, por exemplo, as intervenções que têm vindo a ser implementadas no reordenamento, recuperação e melhores condições de segurança no Centro Náutico de Rio Caldo, na Casa dos Bernardos, em Santa Isabel do Monte e nos Museus.

As **escolas**, do **Gerês** e a EB 2/3 de **Rio Caldo** foram requalificadas, dotando-as de condições óptimas para que alunos e professores tenham melhores condições de trabalho.



Também na área do ensino não se poderá deixar de referir o incentivo que é atribuído aos alunos do ensino superior, bem como os apoios aos voluntários e seus familiares, da Associação Humanitária de Bombeiros e da Cruz Vermelha Portuguesa.

A abertura de dois **Espaços Cidadão**, um em Vilar da Veiga e outro em Moimenta, foi mais uma concretização de sucesso e que levou mais próximo dos Munícipes respostas inexistentes sem colidir com as já instaladas.



De igual forma, e contrariando a política de encerramento de postos de atendimento dos CTT, foi assumido por este Executivo a manutenção do posto existente na sede do Concelho, possibilitando que este serviço, sem qualquer sobressalto, deixasse de prestar esta importante resposta.

Também as diligências que foram feitas e consequente reunião que se realizou com o senhor presidente da **ANACOM** (Autoridade Nacional para as Comunicações), bem como o trabalho que, em conjunto com esta Câmara e os senhores presidentes das juntas de freguesia, se desenvolveu no território Municipal para, definitivamente, se ver solucionadas situações de falta de cobertura por **TDT** (Televisão Digital Terrestre) no nosso Concelho, são bem o reflexo do interesse e preocupação que temos em solucionar os problemas que nos vão sendo colocados.



Os apoios às juntas de freguesia, que são parceiros fundamentais, a cooperação com as associações, as instituições de solidariedade, os grupos desportivos, a Banda Musical de Carvalheira, a Associação Humanitária de Bombeiros e as Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa, representam uma fatia significativa, em termos orçamentais, mas, ao mesmo tempo, um investimento inestimável, pelos resultados obtidos.

Outro facto relevante e que bem pode servir de referência da postura deste Executivo, como garante de uma ação norteada por princípios e valores baseados no



respeito e na memória histórica de quem nos precedeu no cargo ficou patenteada na homenagem que no Dia do Município (20 de outubro), foi feita, a título póstumo, ao ex-presidente da Câmara Municipal, **Dr. José António de Araújo**.

O caminho, no sentido de se manter o bom nível dos principais indicadores orçamentais, está iniciado e é para prosseguir, bem como o cumprimento das normas da Lei do Orçamento de Estado, para as autarquias, a fim de se alcançar a consolidação e equilíbrio financeiro do Município.

Assentes nesses pressupostos e garantias, apresentamos de seguida, o Relatório e as Contas do ano 2018.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. Equilíbrio Financeiro do Município

Relativamente ao **Orçamento Municipal da Receita e da Despesa para 2018**, importa desde logo salientar que o Município iniciou o ano de 2018 com um orçamento global de € **10.479.624** e, ao longo do ano, fruto de revisões ao orçamento, atingiu o montante de € **10.858.202**.

Quanto à **execução orçamental de 2018**, verificou-se uma receita cobrada líquida global de € **9.552.503**, a que corresponde uma taxa de execução de 87,98 %, e uma despesa global de € **9.266.121**, com uma taxa de execução de 85,34 %.

As receitas correntes cobradas líquidas apresentam um montante de € **8.366.743** (taxa de execução de 102,96 %), tendo superado em € **1.274.662** as despesas correntes que se situaram em € **7.092.080** (taxa de execução de 94,77 %). Deste modo, foi cumprido o princípio do duplo equilíbrio corrente preconizado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), uma vez que o total das receitas arrecadadas supera o total das despesas pagas e as receitas correntes cobradas foram superiores ao total das despesas correntes pagas.

De acordo com as regras previstas no artigo 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, a **poupança corrente situou-se nos € 938.977**.

Quanto às receitas de capital verificou-se a arrecadação de € **790.571**, que representa uma taxa de execução de 33,82 %. No que diz respeito às despesas de capital registou-se o pagamento de € **2.174.040** (taxa de execução de 64,43 %), diferença que representa a canalização de receitas correntes para a componente das despesas de capital.

As dívidas do Município de curto prazo, incluindo as relativas a operações não orçamentais, atingiram, no final do ano de 2018, o montante de € 596.055, o que representa uma redução, em comparação com o ano de 2017 de cerca de 19,42 % (menos € 143.649).

As dívidas de médio e longo prazos apresentavam, em 31/12/2018, um saldo de € 2.125.988, o que representa uma redução de 20,60 %, comparativamente com o ano de 2017 (menos € 551.458).

Em 31/12/2018, o prazo médio de pagamento aos fornecedores era de **13 dias** (20, em 2017), de acordo com a ficha do município da DGAL.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018



Por último, devemos enfatizar que as contas do Município são auditadas e certificadas por uma **Sociedade de Revisores Oficiais de Contas**, confirmando a solidez dos Documentos de Prestação de Contas.

RELATÓRIO FINANCEIRO

EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do Município inscritas nos Documentos Previsionais para 2018 definiram as principais escolhas da política orçamental do município, tendo obtido aprovação pela Câmara Municipal em 21 de dezembro de 2017 e pela Assembleia Municipal em 27 de dezembro do mesmo ano, iniciando-se a sua aplicação a partir do primeiro dia do ano 2018.

Receitas

O orçamento inicial previa, em 1 de janeiro de 2018, uma receita total de € 10.479.624, dos quais € 7.963.271 correspondiam a receitas de natureza corrente, € 2.516.348 a receitas de capital e € 5 a outras receitas.

RECEITA	Previsões Iniciais	Previsões corrigidas	Receitas Cobradas	Desvio	% Exec.
Receita Corrente	7.963.271,00	8.126.378,00	8.366.742,62	240.364,62	102,96%
Receita de Capital	2.516.348,00	2.337.883,50	790.571,39	-1.547.312,11	33,82%
Outras receitas	5,00	393.940,00	395.189,12	1.249,12	100,32%
TOTAL	10.479.624,00	10.858.201,50	9.552.503,13	-1.305.698,37	87,98%

No decurso do ano foram arrecadadas receitas no valor total de € **9.552.503,13**, correspondentes a 87,98 % da previsão total das receitas.

Receitas Correntes

RECEITAS CORRENTES	Previsões Iniciais	Previsões corrigidas	Receitas Cobradas	Desvio	% Exec.
Impostos diretos	732.000,00	732.000,00	922.022,17	190.022,17	125,96%
Impostos indiretos	42.015,00	42.015,00	54.381,92	12.366,92	129,43%
Taxas, multas e o. penalidades	120.320,00	120.320,00	145.389,91	25.069,91	120,84%
Rendimento de propriedade	425.105,00	425.105,00	479.306,35	54.201,35	112,75%
Transferências correntes	6.210.766,00	6.373.873,00	6.250.845,36	-123.027,64	98,07%
Vendas e prestações de serviços	433.040,00	433.040,00	509.458,37	76.418,37	117,65%
Outras receitas	25,00	25,00	5.338,54	5.313,54	21354,16%
TOTAIS	7.963.271,00	8.126.378,00	8.366.742,62	240.364,62	102,96%

As receitas correntes apresentaram uma taxa de execução (receita cobrada líquida) de 103 % (102 %, em 2017), representando a arrecadação de € **8.366.742,62**, representando um acréscimo de

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018



cerca de € 244.835, relativamente ao ano anterior. A tabela que se segue apresenta a evolução sustentada deste tipo de receitas nos últimos 5 anos.

Receitas correntes	2014	2015	2016	2017	2018	Variação	
Imp. Diretos	728.984,82	678.681,81	699.388,04	744.902,63	922.022,17	177.119,54	23,78%
Imp. Indiretos	48.589,61	52.330,79	34.176,53	50.266,60	54.381,92	4.115,32	8,19%
Taxas, multas e O. P.	116.462,04	110.849,25	122.265,57	110.013,97	145.389,91	35.375,94	32,16%
Rend. Propriedade	519.738,66	488.797,82	463.794,57	550.618,04	479.306,35	-71.311,69	-12,95%
Transf. Correntes	5.990.019,09	6.043.040,74	6.098.706,23	6.243.086,67	6.250.845,36	7.758,69	0,12%
Vendas P. Serviços	449.763,38	402.682,26	420.216,03	418.684,68	509.458,37	90.773,69	21,68%
Outras receitas	9.336,13	261,25	1.684,75	4.335,12	5.338,54	1.003,42	23,15%
TOTAIS	7.862.893,73	7.776.643,92	7.840.231,72	8.121.907,71	8.366.742,62	244.834,91	3,01%

Os **Impostos diretos** registaram uma taxa de execução de 125,96 %, tendo todas as rubricas superado as previsões que suportaram a elaboração do orçamento da receita para o ano de 2018.

Descrição	Previsão corrigida	Receita Cobrada líquida	Taxa de execução
Impostos diretos	732.000,00	922.022,17	125,96%
IMI	487.000,00	504.009,51	103,49%
IUC	130.000,00	144.093,94	110,84%
IMT	95.000,00	233.149,18	245,42%
Derrama	20.000,00	40.769,54	203,85%

Ao nível dos **Impostos Indiretos** verifica-se uma taxa de execução de cerca 129 %, com relevância para a rubrica de **Loteamentos e Obras** que superou a média dos últimos dois anos em 62%.

Descrição	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução
Impostos Indiretos	42.015,00	54.381,92	129,43%
Mercados e Feiras	6.000,00	5.268,56	87,81%
Loteamento e Obras	5.000,00	8.086,23	161,72%
Ocupação de Via Pública	5,00	0,00	0,00%
Publicidade	5,00	72,50	1450,00%
Saneamento	11.000,00	7.507,46	68,25%
Outros	20.005,00	33.447,17	167,19%

O capítulo da **Taxas, Multas e Outras Penalidades** apresenta uma taxa de execução de 121 % onde, ao nível das taxas, se destacam as rubricas de Loteamentos e Obras, Saneamento e de Outras Taxas.

O capítulo das Multas e outras penalidades apresenta uma taxa de execução de 158 %.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018



Descrição	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução
Taxas, Multas e Outras Penalidades	120.320,00	145.389,91	120,84%
Taxas	110.305,00	129.605,04	117,50%
Mercados e Feiras	100,00	168,96	168,96%
Loteamento e Obras	28.000,00	34.073,97	121,69%
Ocupação de Via Pública	3.000,00	4.850,07	161,67%
Caça, uso e porte arma	100,00		0,00%
Saneamento	25.000,00	29.033,23	116,13%
Outras Taxas	54.105,00	61.478,81	113,63%
Multas e Outras Penalidades	10.015,00	15.784,87	157,61%

Os **Rendimentos de propriedade** apresentam uma taxa de execução global de 113 %, destacando-se a rubrica de Rendas que superou em cerca de € 52.600 o valor inicialmente previsto para este tipo de receita.

Descrição	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução
Rendimentos de propriedade	425.105,00	479.306,35	112,75%
Juros - sociedades financeiras	100,00		0,00%
Dividendos e participações nos lucros de sociedades	2.000,00	3.625,10	181,26%
Rendas	423.005,00	475.681,25	112,45%

No que diz respeito ao capítulo das **Transferências Correntes** regista-se uma taxa de execução de 98 %, desempenho que se fica a dever ao comportamento da rubrica de Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados que apresenta uma taxa de execução de 14 %.

Descrição	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução
Transferências Correntes	6.373.873,00	6.250.845,36	98,07%
Administração Central	6.373.863,00	6.250.845,36	98,07%
Estado	6.135.703,00	6.123.649,58	99,80%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5.037.839,00	5.037.839,00	100,00%
Fundo Social Municipal	169.383,00	169.383,00	100,00%
Participação variável no IRS	95.476,00	95.476,00	100,00%
Outros	833.005,00	820.951,58	98,55%
Estado - participação comunitária em projetos cofinanciados	208.160,00	29.333,25	14,09%
Serviços e Fundos Autónomos	30.000,00	97.862,53	326,21%
Administração Local	5,00		0,00%
Famílias	5,00		0,00%

As rubricas correspondentes às transferências do Orçamento do Estado apresentam uma taxa de execução de 100 %, correspondendo ao cumprimento das regras orçamentais previstas no

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

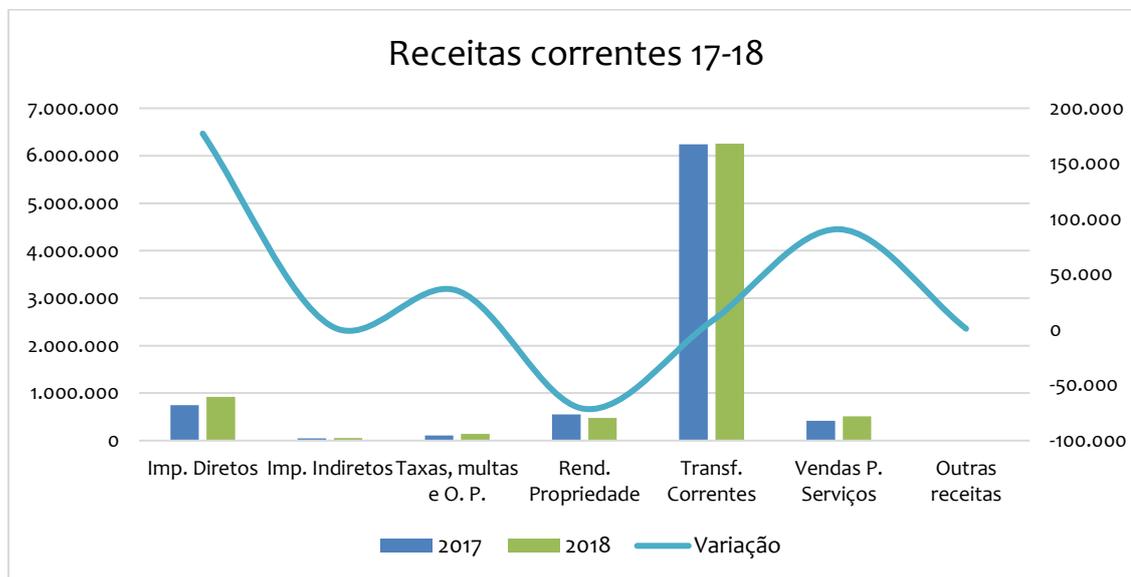


POCAL. A rubrica de Serviços e Fundos Autónomos apresenta uma execução de 326 % que está relacionada com a arrecadação de receitas do Instituto de Emprego e Formação Profissional, no âmbito dos programas de Contrato de Emprego Inserção.

A taxa de execução da rubrica de Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados está intimamente relacionada com a execução dos respetivos projetos, nomeadamente: *Planos Integrados de Combate ao Insucesso Escolar, Projeto Educativo PNPG-GO e Controlo das Invasoras Lenhosas*, do qual se encontra efetuado em pedido de pagamento no valor de € 79.859 e ainda não reembolsado pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

As **Vendas de bens e Serviços** correntes apresentam uma taxa de execução de 118 %, em resultado do bom desempenho da rubrica de vendas de bens (112 %) e das Rendas que apresentam uma taxa de execução de 286 %.

Descrição	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução
Venda de bens e serviços correntes	433.040,00	509.458,37	117,65%
Venda de bens	115.020,00	129.133,38	112,27%
Serviços	248.020,00	179.834,78	72,51%
Rendas	70.000,00	200.490,21	286,41%



Resumidamente verifica-se, comparativamente com o ano de 2017, um aumento de cerca de € 244.835 na receita corrente cobrada líquida, o que corresponde a um aumento relativo de 3 %. Os capítulos que mais contribuíram para o aumento registado foram: **Taxas, Multas e Outras Penalidades**, que regista um aumento de 32 %, **Impostos Diretos**, com um aumento de 24 %, e de **Vendas e Prestação de Serviços** com um aumento de 22 %.

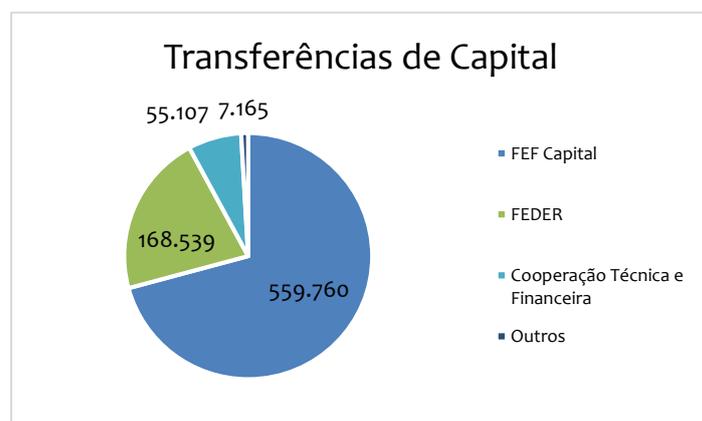
Receitas de capital

RECEITAS DE CAPITAL	Previsões Iniciais	Previsões corrigidas	Receitas Cobradas	Desvio	%
Venda de bens de investimento	1.025,00	1.025,00		-1.025,00	0,00%
Transferências de capital	2.502.308,00	2.323.843,50	790.571,39	-1.533.272,11	34,02%
Ativos Financeiros	13.000,00	13.000,00		-13.000,00	0,00%
Passivos Financeiros	10,00	10,00		-10,00	0,00%
Outras receitas de capital	5,00	5,00		-5,00	0,00%
TOTAIS	2.516.348,00	2.337.883,50	790.571,39	-1.547.312,11	33,82%

As **Receitas de Capital** apresentam uma taxa de execução de 34 % correspondentes a € **790.571** arrecadados.

Da análise à tabela supra é possível concluir que no decurso do ano de 2018 não se verificou a alienação de qualquer bem do imobilizado da autarquia (Venda de Bens de Investimento), nem a alienação de participações financeiras (Ativos financeiros), nem, tampouco, recurso a financiamento bancário (Passivos Financeiros).

O único capítulo que apresenta execução são as transferências de capital que comportam as rubricas de Transferências do Orçamento do Estado, ou seja o Fundo de Equilíbrio Financeiro, na sua vertente de capital, da Cooperação Técnica e Financeira e da Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados, entre outras rubricas de reduzida expressão.



A rubrica do Fundo Equilíbrio Financeiro apresenta uma taxa de execução de 100 % e a de Cooperação Técnica e Financeira, apresenta uma taxa de execução de 32 %, correspondentes à arrecadação de € 55.107, previstos no protocolo celebrado com o Fundo Ambiental e o ICNF para a requalificação do Caminho Florestal Campo – Guarda/Bouça-da-Mó – Ponte da Albergaria.

O desempenho da rubrica de Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados está associado à execução dos respetivos projetos, sendo certo que se encontram efetuados pedidos de pagamento e ainda não reembolsados no montante de € 300.253, o que elevaria a taxa de execução desta rubrica dos 11 % para 30 %.

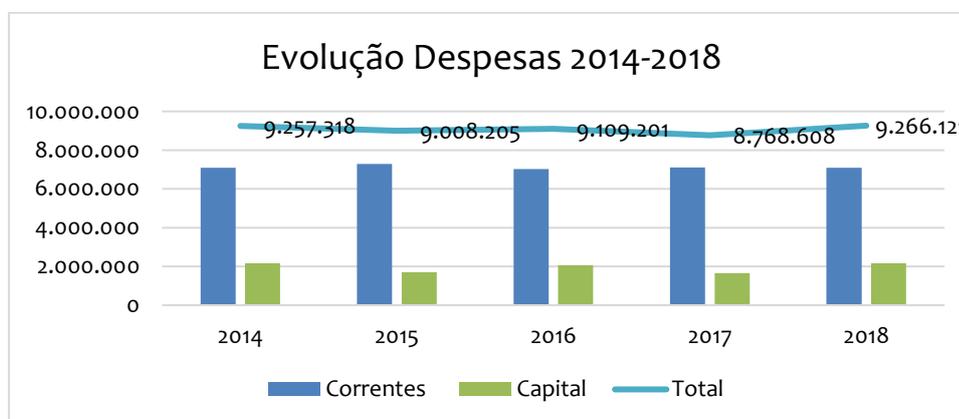


Despesas

Em 2018, a despesa paga ascendeu a € **9.266.120**, da qual, € **7.092.080** respeitam a despesas de natureza corrente e € **2.174.040** a despesas de capital, tendo sido atingido um grau de execução de **95 %** e **64 %**, respetivamente. A despesa total apresenta uma execução de **85 %**.

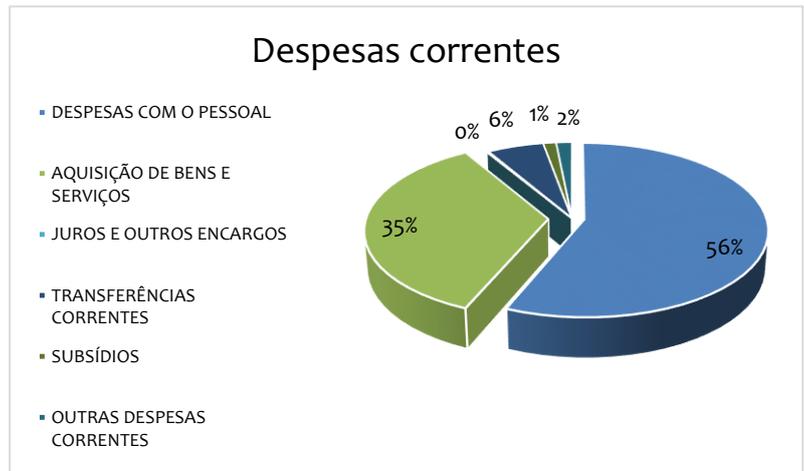
Despesa	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	Despesa paga	Desvio	%
Corrente	7.325.839,00	7.483.803,00	7.092.080,38	-391.722,62	94,77%
Capital	3.153.785,00	3.374.398,50	2.174.040,22	-1.200.358,28	64,43%
TOTAL	10.479.624,00	10.858.201,50	9.266.120,60	-1.592.080,90	85,34%

Em termos de evolução das despesas verifica-se um decréscimo, em relação ao ano de 2017, de € 19.612 nas despesas correntes e um aumento de € 517.124 nas despesas de capital. A conjugação destes dados representa um aumento do total das despesas pagas de € 497.512.



Despesas Correntes

A rubrica que mais onera o capítulo das despesas correntes é o das Despesas com o pessoal, representando cerca de 56 % das despesas correntes pagas. Este tipo de despesas decresceu, comparativamente com o ano de 2017, cerca de 1 %.



No capítulo das **Despesas com o Pessoal** verifica-se que o grosso das despesas é consumido pelas Remunerações Certas e Permanentes, seguido do subcapítulo da Segurança social.

Descrição	Dotação Corrigida	Despesas Pagas	Grau Execução Orçamental
Despesas com o pessoal	4.013.567,24	3.994.302,99	99,52%
Remunerações certas e permanentes	3.072.316,34	3.062.016,48	99,66%
Abonos variáveis ou eventuais	100.710,00	94.980,83	94,31%
Segurança social	840.540,90	837.305,68	99,62%

Comparativamente com o ano de 2017, verifica-se ao nível destas despesas um decréscimo generalizado, com exceção do subcapítulo de Abonos Variáveis ou Eventuais que apresenta um aumento de 7 %.

No que respeita às *Aquisições de Bens e Serviços correntes*, cuja despesa paga se fixou nos € 2.486.178, verifica-se uma taxa de execução de 88 %, correspondendo a 35 % das despesas correntes.

Descrição	Dotação Corrigida	Despesas Pagas	Grau Execução %
Aquisição de bens e serviços	2.838.724,10	2.486.177,85	87,58%
Aquisição de bens	577.865,00	447.023,01	77,36%
Aquisição de serviços	2.260.859,10	2.039.154,84	90,19%

Este tipo de despesa apresenta um decréscimo, em comparação com o ano de 2017, de cerca de 4 %, correspondentes a um decréscimo bruto de € 103.019.

A aquisição de bens apresenta um decréscimo de 10 %, enquanto a rubrica de aquisição de serviços apresenta um decréscimo de 3 %.

Ao nível dos Juros e Outros Encargos regista-se uma taxa de execução de 92 % correspondentes a € 13.264 de despesa paga.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018



Descrição	Dotação Corrigida	Despesas Pagas	Grau Execução Orçamental %
Juros e outros encargos	14.385,00	13.264,04	92,21%
Juros da dívida pública	9.875,00	9.864,42	99,89%
O. Encargos da dívida	10,00	0,00	0,00%
Outros juros	4500	3399,62	75,55%

No capítulo das Transferências correntes, verificou-se um total de despesa paga de € 396.828, correspondentes a uma execução de 97 % dos recursos orçamentados.

Descrição	Dotação Corrigida	Despesas Pagas	Grau Execução Orçamental %
Transferências correntes	411.052,00	396.827,96	96,54%
Administração local	43.610,00	43.528,75	99,81%
Instituições sem fins lucrativos	273.542,00	269.450,86	98,50%
Famílias	93.900,00	83.848,35	89,30%

Neste capítulo da despesa municipal são registadas as transferências correntes para as Juntas de Freguesia, quer por via de delegação de competências em matérias de natureza corrente, quer ao nível de outros apoios para a sua atividade corrente; os apoios às associações culturais, desportivas e recreativas, numa perspetiva de promoção do desporto, da cultura e dos usos e costumes; e os apoios sociais concedidos às famílias no âmbito, por exemplo, do incentivo à natalidade, do apoio aos estudantes do ensino superior, etc. Este capítulo apresenta um aumento de cerca de 35 % relativamente ao verificado em 2017.

Ao nível dos Subsídios, onde são registadas as despesas associadas aos programas do Instituto de Emprego e Formação Profissional, verifica-se uma taxa de execução de 100 %.

Descrição	Dotação Corrigida	Despesas Pagas	Grau Execução Orçamental %
Subsídios	91.172,66	91.172,66	100,00%
Famílias	91.172,66	91.172,66	100,00%

Este capítulo apresenta um decréscimo de cerca de 2 %, relativamente ao mesmo tipo de despesas em 2017.

No capítulo das Outras Despesas regista-se uma taxa de execução de 96 % correspondentes a € 110.335 de despesa paga. É através deste capítulo da despesa que se procede ao pagamento de restituições, do IVA a pagar em sede de apuramento trimestral, de serviços bancários, entre outras despesas.

Descrição	Dotação Corrigida	Despesas Pagas	Grau Execução Orçamental %
Outras despesas correntes	114.902,00	110.334,88	96,03%
Impostos e taxas pagas pela autarquia	42.785,00	41.538,55	97,09%

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

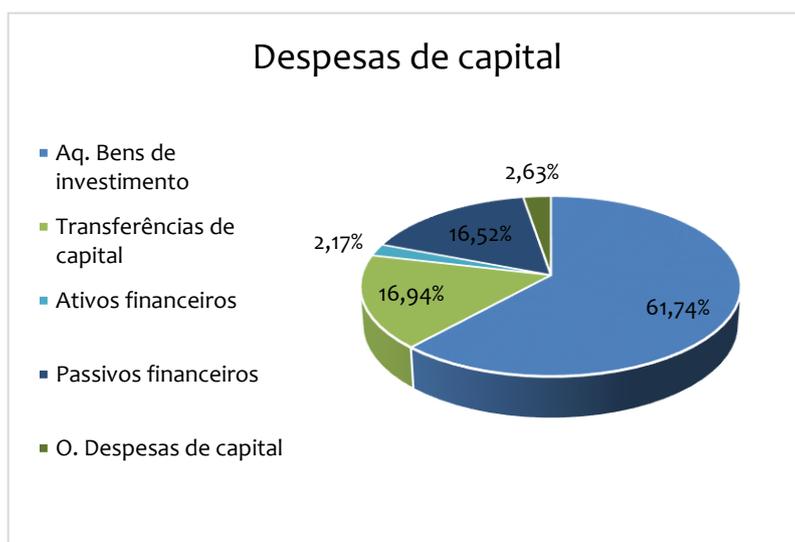


Restituições de impostos e taxas cobradas	3.940,00	3.187,87	80,91%
Restituições	6.135,00	5.482,80	89,37%
IVA	28.800,00	28.763,06	99,87%
Serviços Bancários	1.500,00	932,64	62,18%
Outras	31.742,00	30.429,96	95,87%

Despesas de Capital

Ao nível das despesas de capital, verifica-se uma taxa de execução global de 64 % correspondentes a € 2.174.040, de despesa paga.

A rubrica com maior peso nas despesas de capital é a de *Aquisição de Bens de Investimento* que representam 62 % deste tipo de despesas seguido da rubrica de Transferências de Capital e dos Passivos Financeiros, ambas com 17 %.



Ao nível da *Aquisição de Bens de Investimento* verifica-se uma taxa de execução de 53 %, relativamente às despesas orçamentadas.

Descrição	Dotação Corrigida	Despesas Pagas	Grau Execução Orçamental %
Aquisição de bens de capital	2.534.086,50	1.342.159,16	52,96%
Investimentos	615.093,00	413.836,51	67,28%
Terrenos	10,00	0,00	0,00%
Habitacões	24.560,00	24.559,87	100,00%
Edifícios	40.140,00	38.408,90	95,69%
Construções diversas	35.290,00	29.017,54	82,23%
Material de transportes	55.857,00	53.741,10	96,21%
Equipamento de informática	101.685,00	72.576,18	71,37%
Software informático	175.730,00	88.330,18	50,26%
Equipamento administrativo	7.490,00	6.649,89	88,78%
Equipamento básico	174.331,00	100.552,85	57,68%
Bens de domínio público	1.918.993,50	928.322,65	48,38%
Terrenos e recursos naturais	38.058,00	35.248,00	92,62%
Edifícios	562.302,00	541.587,94	96,32%
Outras construções e infraestruturas	1.313.233,50	346.168,23	26,36%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	340.545,50	181.402,32	53,27%
Sistemas de drenagem de águas residuais	49.200,00	45.010,33	91,48%
Iluminação pública	23.600,00	20.251,67	85,81%
Parques e jardins	57.400,00	12.300,00	21,43%
Instalações desportivas e recreativas	432.807,00	18.810,90	4,35%

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018



Descrição	Dotação Corrigida	Despesas Pagas	Grau Execução Orçamental %
Captação, tratamento e distribuição de água	62.300,00	42.894,47	68,85%
Viação rural	331.441,00	13.570,05	4,09%
Sinalização e trânsito	15.840,00	11.928,49	75,31%
Cemitérios	100,00		0,00%
Bens de património histórico, artístico e cultural	5.400,00	5.318,48	98,49%

Equilíbrio corrente

O artigo 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, dispõe que para verificação do Equilíbrio Orçamental “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos”, situação que se verificou em 2018, com um superavit corrente de € **938.977** conforme documenta o diagrama seguinte.



Evolução da situação económica e financeira

Ao longo deste capítulo será analisada a situação económico-financeira do Município, quer através da sua situação patrimonial em 31 de dezembro de 2018, quer através da análise dos fatores que condicionaram o Resultado Líquido.

Proveitos

Proveitos Operacionais

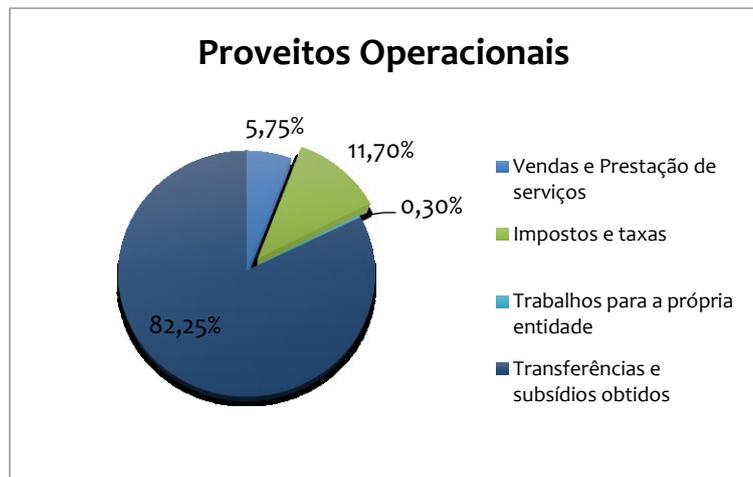
Os **Proveitos Operacionais**, que dizem respeito à atividade corrente do Município, fixaram-se em € 8.395.441,68, distribuídos da seguinte forma:

Vendas e Prestação de serviços	482 496,74
Impostos e taxas	982 322,76
Trabalhos para a própria entidade	25 122,44
Transferências e subsídios obtidos	6 905 499,74

Dos dados apresentados resulta que o valor que mais contribuiu para o montante de proveitos operacionais foi o das transferências e subsídios obtidos, representando 82 % deste tipo de proveitos. Na segunda posição aparecem os impostos e taxas com cerca de 12 %.

Relativamente ao ano de 2017, verifica-se um aumento dos proveitos operacionais de cerca de €

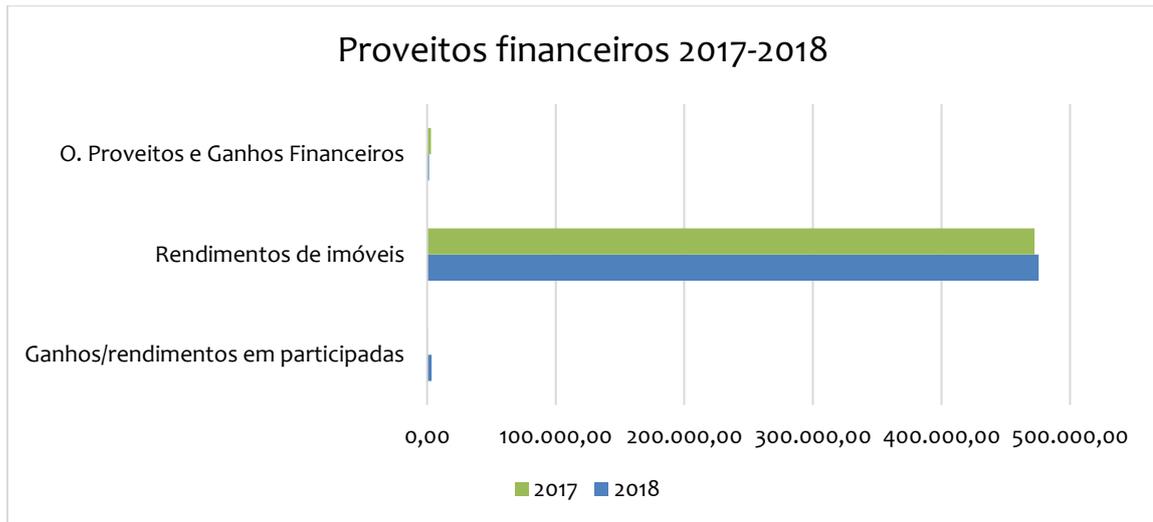
288.000, com destaque para as rubricas de Impostos e Taxas, com um aumento de cerca de 18 %.



Proveitos Financeiros

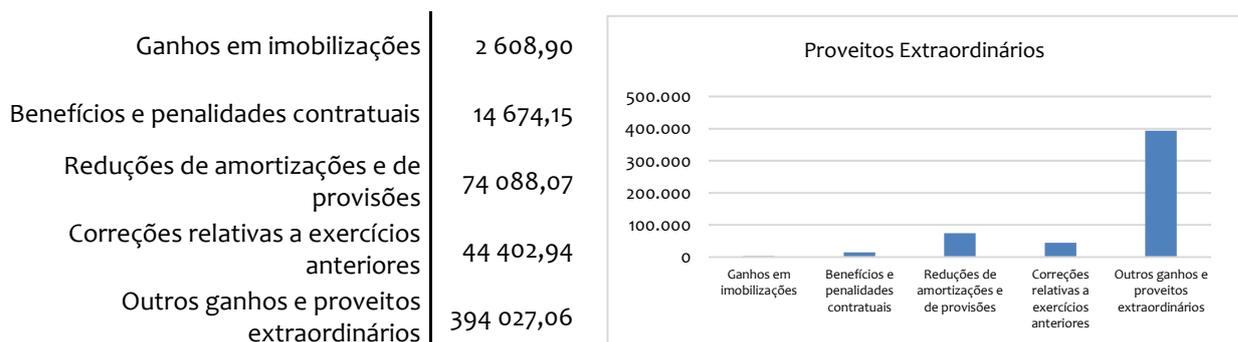
O valor total de **Proveitos e Ganhos Financeiros** ascendem a € 480.707,91, que representa um aumento de cerca de 1 % comparativamente com o ano de 2017 e encontram-se assim repartidos:

- Rendimentos de Imóveis: 475.681,25;
- Ganhos/rendimentos em participadas: 3.625,10;
- Outros proveitos e ganhos financeiros: 1.401,56.



Proveitos Extraordinários

Por fim, o montante de Proveitos e Ganhos Extraordinários ascendeu a € 529.801,12, representando um decréscimo de cerca de 22 % comparativamente com o ano de 2017. Os proveitos e Ganhos Extraordinários apresentaram a seguinte composição:

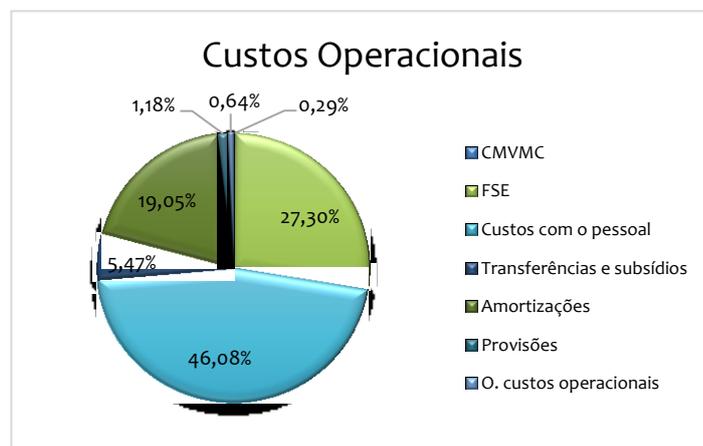


Custos

Custos Operacionais

Os **Custos e Perdas Operacionais** totalizaram € 8.745.319,29, o que representa um aumento de cerca de 1 %, comparativamente com o ano de 2017, encontrando-se assim repartidos:

CMVMC	25 122,44
FSE	2 387 869,19
Custos com o pessoal	4 029 548,12
Transferências e subsídios	478 024,95
Amortizações	1 666 010,92
Provisões	102 957,10
O. custos operacionais	55 786,57



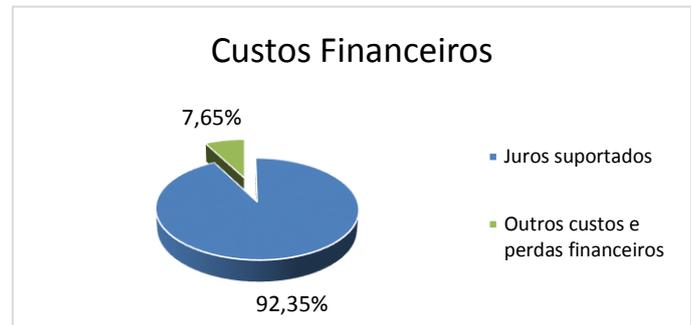
As rubricas que mais contribuem para o aumento verificado neste tipo de custos são as Provisões, os Outros Custos Operacionais e as Transferências e Subsídios Correntes, com aumentos, respetivamente de 94 %, 63 % e 18%. Por outro lado, os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam um ligeiro decréscimo de 1 %.



Custos Financeiros

Os **Custos e Perdas Financeiros** atingiram o valor de € 12.198,62, representando um decréscimo de cerca de 51 % relativamente ao ano de 2017, encontrando-se assim distribuídos:

O. custos e perdas financeiras	932,64
Juros suportados	11.265,98



Custos Extraordinários

Os Custos e Perdas Extraordinários apresentaram no exercício de 2018 o valor de € 401.942,35, o que representa um decréscimo de cerca de 26 %. As *transferências de capital concedidas* representam 92 % do total dos custos extraordinários.



Componente Financeira

Ativo

O Ativo Líquido do Município ascendeu, no final de 2018, a € 63.383.352,41, o que representa um decréscimo, relativamente ao ano anterior, inferior a 1 %.

Composição do Ativo Líquido

ATIVO	Ano	
	2018	2017
IMOBILIZADO		
Bens de Domínio Público	39 793 261,14	40.232.976,00
Imobilizações corpóreas	21 154 570,41	21.247.099,22
Investimentos financeiros	583 266,20	740.858,34
CIRCULANTE		
Existências	52 151,30	60.457,00
Dívidas de terceiros - curto prazo	493 357,95	71.294,32
Depósitos bancários e caixa	405 992,26	516.902,63
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	900 753,15	903.634,52
TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO	63 383 352,41	63.773.222,03

Fundos Próprios

O total de Fundos Próprios é constituído por € 51.994.230,18, dos quais € 47.260.551,23 são relativos a Património, € 497.402,99 referentes a Reservas e € 3.989.785,51 a Resultados Transitados. A diferença para o total dos Fundos Próprios resulta do **Resultado Líquido do Exercício** no valor de € 246.490,45.

Composição dos Fundos Próprios

FUNDOS PRÓPRIOS	Ano	
	2018	2017
Património	47.260.551,23	47.260.551,23
Reservas legais	497.402,99	496.765,69
Resultados transitados	3.989.785,51	4.208.359,31
Resultado líquido em exercício	246.490,45	12.746,07
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS	51.994.230,18	51.978.422,30

Passivo

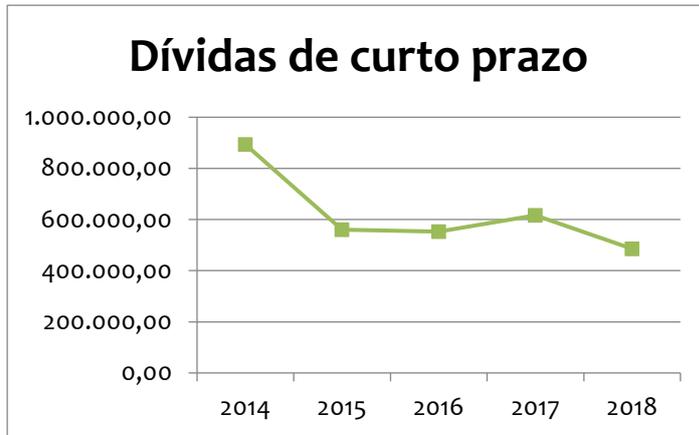
Passivo	Composição do Passivo	
	Ano	
	2018	2017
Provisões para riscos e encargos	102.957,10	14.092,01
Dívidas a terceiros		
Médio e longo prazos		
Empréstimos de médio e longo prazos	2.085.855,35	2.438.768,18
Outros credores	40.133,06	238.678,32
Curto Prazo		
Empréstimos de curto prazo	352.210,69	348.931,87
Fornecedores c/c	54.407,96	120.228,82
Fornecedores de imobilizado c/c		
Estado e outros entes públicos	4.579,80	
Outros credores	74.405,96	147.605,48
Garantias e Cauções	110.450,13	122.937,62
Acréscimos e diferimentos	8.564.122,18	8.363.557,43
Total do Passivo	11.389.122,23	11.794.799,73

O Passivo do Município de Terras de Bouro situava-se, em 31 de dezembro, nos € 11.389.122,23, o que representa um decréscimo de aproximadamente 3 % relativamente ao ano de 2017. Este decréscimo é justificado pela redução generalizada das vertentes do passivo:

- Dívidas a terceiros de m/l prazo: redução de cerca de 21 %;
- Fornecedores c/c: redução de cerca de 55 %;
- Outros credores: redução de 50 %.

Em termos de valor absoluto o passivo do Município reduziu € 405.677,50.

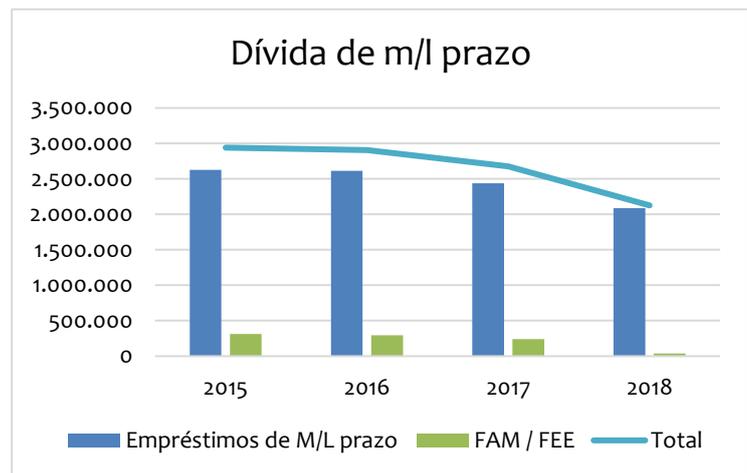
Evolução da dívida municipal



Em 31 de dezembro de 2018, as **dívidas de curto prazo** (excluindo não orçamentais) do Município apresentavam um saldo de € 485.604,41, verificando-se, assim, um decréscimo relativamente a 2017, de cerca de € 131.162, a que corresponde uma redução na ordem dos 21 %.

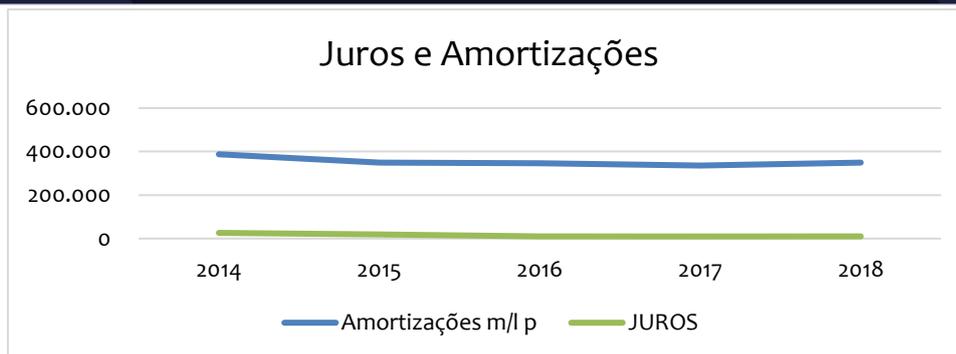
Durante o ano de 2018 o Município não recorreu qualquer empréstimo de curto prazo.

A **dívida de médio e longo prazos** reduziu, comparativamente com o ano de 2017, cerca de 21 % correspondentes a um decréscimo de € 551.458. Para este decréscimo contribuiu a amortização anual de empréstimos de médio e longo prazo (€ 352.913), a amortização do Fundo de Eficiência Energética (FEE) (€ 9.435) e a variação do capital em dívida do Fundo de Apoio Municipal (FAM), quer pela sua realização (€ 31.518) quer pela alteração ao capital do FAM a subscrever pelos municípios, operada pelo Orçamento do Estado para o ano de 2018, que originou uma redução da dívida no montante de € 157.592,14.



A dívida de médio e longo prazos é composta por dois tipos de dívida: os empréstimos de médio e longo prazos, com um saldo de € 2.085.855,35, e a realização do capital do FAM, com um saldo de € 15.759,00 e FEE, com saldo de € 24.374,06.

No que toca ao montante suportado com juros de empréstimos verifica-se um aumento residual de € 61 correspondentes a menos de 1 %, em comparação com o ano de 2017, enquanto as amortizações apresentam um aumento de cerca de 4 % (€ 13.747).



Limite da dívida total

Nos termos do artigo 52.º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. Não releva para a Dívida Total, apesar de configurar uma operação orçamental, os montantes referentes à realização do FAM que, em 31 de dezembro, apresentava um saldo de € 47.277,00, bem como o relativo à devolução das poupanças líquidas da energia ao FEE no montante de € 33.809,18.

Enquadramento	Valores	
Receita corrente líquida cobrada - 2015	7.776.574,56	
Receita corrente líquida cobrada - 2016	7.840.229,46	
Receita corrente líquida cobrada - 2017	8.121.907,71	
(a) Média da Receita Corrente dos últimos 3 exercícios	7.912.903,91	
(b) Limite da Dívida Total – 1,5 x (a)	11.869.355,87	

Aferição da dívida	01-01-2018	31-12-2018
Total da Dívida a terceiros (incluindo não orçamentais)	3.417.150,29	2.722.042,95
Contributo (SM + AM + SEL + entidades participadas)	245.397,57	6.291,57
Dívida Total	3.662.547,86	2.728.334,52
Dívida FAM	252.146,14	47.277,00
Dívida FEE	43.244,30	33.809,18
Dívida não orçamental	122.966,90	110.450,13
Dívida Total (excluindo não orçamentais, FAM e FEE)	3.244.190,52	2.536.798,21
Margem de endividamento	8.495.658,36	9.332.557,66
Margem disponível	1.699.131,67	1.866.511,53

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018



Da análise aos mapas que antecedem verifica-se um acentuado decréscimo da dívida total que ultrapassa os 20 %.

O valor correspondente à contribuição do Setor Empresarial Local para o endividamento do município, foi o valor comunicado pelas empresas no portal da DGAL não tendo o Município de Terras de Bouro, à data da elaboração deste relatório, contas aprovadas dessas entidades, designadamente da EPATV.

Distribuição de custos por funções

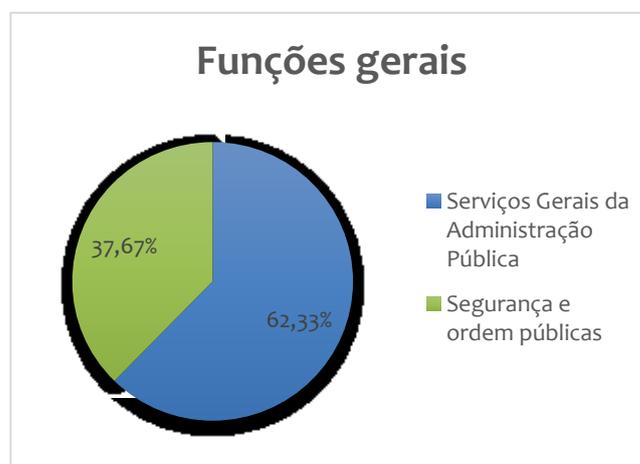
O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais prevê no seu ponto 2.8.3 a existência de uma contabilidade de custos que sirva de base ao apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços.



Do sistema de contabilidade de custos implementado na autarquia é possível aferir que, no exercício de 2018, a maior parte dos custos, cerca de 77 %, continuam a corresponder ao cumprimento das funções sociais da autarquia.

As outras funções representam cerca de 10 %, as funções económicas representam cerca de 8 % e as funções gerais ascendem a cerca de 5 %.

Ao nível das funções gerais podemos verificar da análise ao gráfico que se segue que cerca de 62 % dos custos se referem a serviços gerais da administração e 38 % a segurança e ordem públicas.



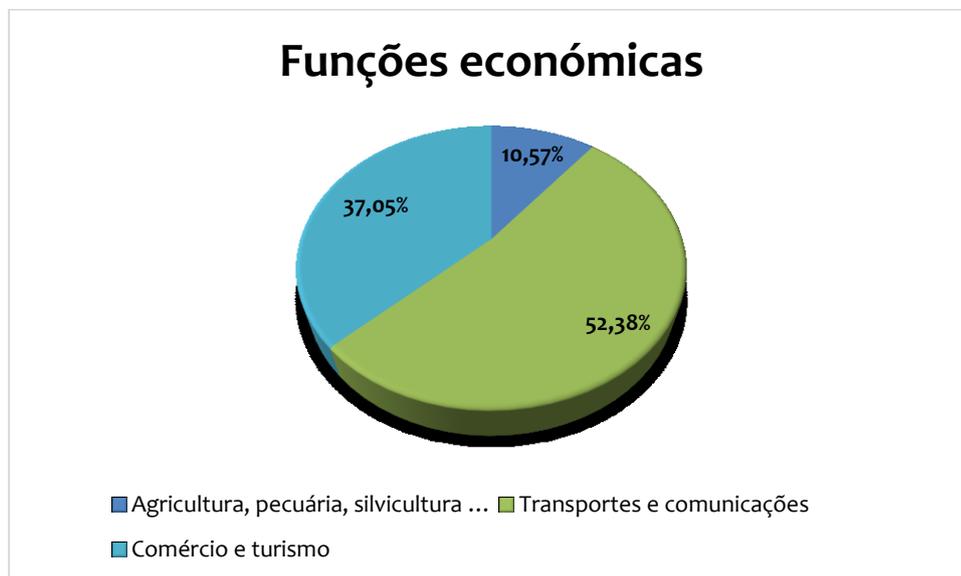
No que diz respeito às funções sociais, a função que absorveu a maior fatia deste tipo de custos foi a de educação, com cerca de 39 %, seguida da função de habitação e serviços coletivos, com 27 % e de serviços culturais, recreativos e religiosos com 25 %.

A função de segurança e ação sociais absorveu cerca de 9 %.

O Aumento relativo ao ano anterior da função educação está associado ao investimento realizado nas escolas do Gerês e de Rio Caldo.



Em relação às funções económicas, o setor dos transportes e comunicações é aquele que absorve a maior parte dos custos, com cerca de 52 % logo seguido, do comércio e turismo, com 37 % e da Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca com 11 %.



RECURSOS HUMANOS

Organização Municipal

A organização do Município de Terras de Bouro assenta em duas estruturas fundamentais: a estrutura política, que é constituída pelo corpo executivo e pelo corpo deliberativo e a administrativa, na qual se enquadram os serviços municipais e o mapa de pessoal.

Estrutura Política

Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 5.º, da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, os órgãos representativos do município são a assembleia municipal e a câmara municipal.

O corpo executivo é constituído pelo conjunto de elementos que, por via da delegação de competências (da Câmara Municipal no seu presidente e deste nos seus vereadores), se encontra investido de responsabilidades na área da gestão, tendo a seu cargo a supervisão direta das atividades desenvolvidas pela estrutura administrativa.

O atual executivo tomou posse em 20 de outubro de 2017, sendo constituído pelo presidente, Manuel João Sampaio Tibo, e por quatro vereadores, dois dos quais, Adelino da Silva Cunha e Ana Genoveva Silva Araújo, exercem o mandato em regime de tempo inteiro.

Encontra-se constituído o Gabinete de Apoio à Presidência, dotado com um Chefe de Gabinete e um Adjunto, nos termos do n.º 1, do artigo 42.º da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, conjugado com o n.º 4 do mesmo artigo.



Estrutura Administrativa

No que concerne à estrutura administrativa, o Município não dispõe de Serviços Municipalizados, nem de Empresas Municipais.

Dando cumprimento ao disposto na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, conjugada com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, foi publicado no Diário da República (2.ª Série), n.º 7, de 10 de janeiro, sob o Despacho n.º 682/2013, a Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Terras de Bouro, alterada por despacho de 30 de maio, publicado no Diário da República (2.ª série), n.º 170, de 4 de setembro sob o Despacho n.º 11203/2014, que prevê a existência de quatro unidades orgânicas flexíveis e catorze subunidades orgânicas flexíveis.

Regime Jurídico de Emprego Público

Em conjunto com os Documentos Previsionais para o ano de 2018, a Assembleia Municipal aprovou, em sessão ordinária de 27/12/2017, o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2018, que se caracterizava, resumidamente, pelo contingente previsto na tabela que se segue:

Cargo/carreira	Postos de trabalho		
	Tempo Indeterminado		
	Ocupados	Vagos	Total
Dirigente Intermédio	3	1	4
Técnico Superior	36	10	46
Assistente Técnico	43	6	49
Assistente Operacional	97	16	123
Auxiliar	1		1
Fiscal Municipal	3		3
Informática	6		6
Total	189	32	222

A 31 de dezembro de 2017, o total de trabalhadores ao serviço do Município de Terras de Bouro era de 193, sendo a relação jurídica de emprego público constituída na sua totalidade por contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

A execução do Mapa de Pessoal originou, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) a contratação, de 3 técnicos superiores, dois assistentes técnicos e dois assistentes operacionais. Por outro lado verificou-se a cessação da relação jurídica de emprego público com quatro trabalhadores: três trabalhadores por aposentação (um técnico superior e dois assistentes operacionais) e um assistente técnico por consolidação de mobilidade para outro organismo da administração local. Mobilidade Interna de Assistente Técnico para o Município de Vieira do Minho;

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018



O Mapa de Pessoal para 2018 apresentava em 31/12/2018 a seguinte configuração:

Cargo/carreira	Postos de trabalho		
	Tempo Indeterminado		
	Ocupados	Vagos	Total
Dirigente Intermédio	4		4
Técnico Superior	37	8	45
Assistente Técnico	47	2	49
Assistente Operacional	95	18	113
Auxiliar	1		1
Fiscal Municipal	2	1	3
Informática	7		7
Total	193	29	222

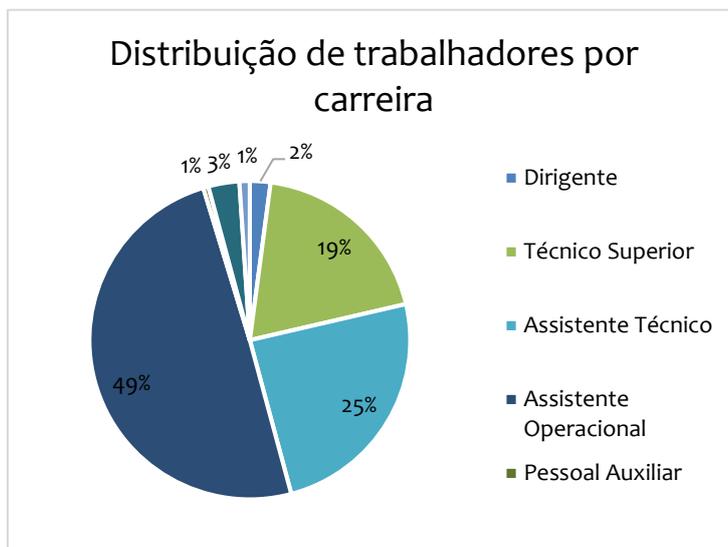
Dos lugares vagos apresentados existem seis postos de trabalho da carreira de técnico superior que se referem a postos de trabalho cujos titulares se encontram a exercer outras funções, seja em comissão de serviço ou em licença sem remuneração, um posto de trabalho de fiscal municipal que se encontra em mobilidade interna e um posto de trabalho de assistente operacional que se encontra em licença sem remuneração, conforme se pode confirmar pela tabela que se segue:

Trabalhadores em Regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado:	201
Trabalhador em comissão de serviço (Dirigentes):	(4)
Trabalhador em comissão extraordinária de serviço (eleito local):	(1)
Trabalhador em mobilidade interna:	(1)
Trabalhador em licença sem remuneração:	(2)
Total de trabalhadores:	193

Distribuição de trabalhadores por carreira

A carreira que continua a concentrar mais trabalhadores é a de Assistente Operacional com 96 postos de trabalho ocupados no Mapa de Pessoal de 2018, representando 49% do total dos trabalhadores.

Em seguida surgem as carreiras de Assistente Técnico e de Técnico Superior com 25 % e 19 %, respetivamente.



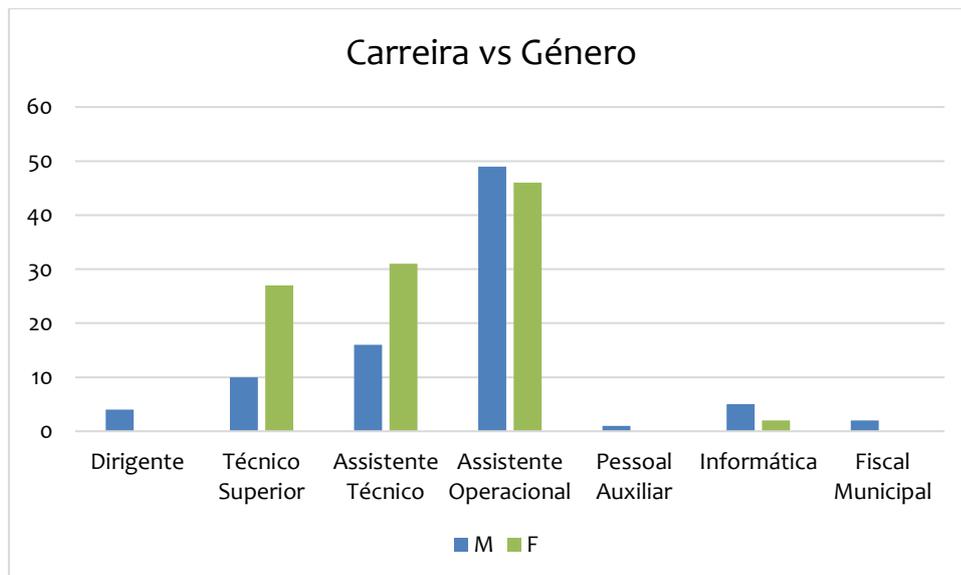
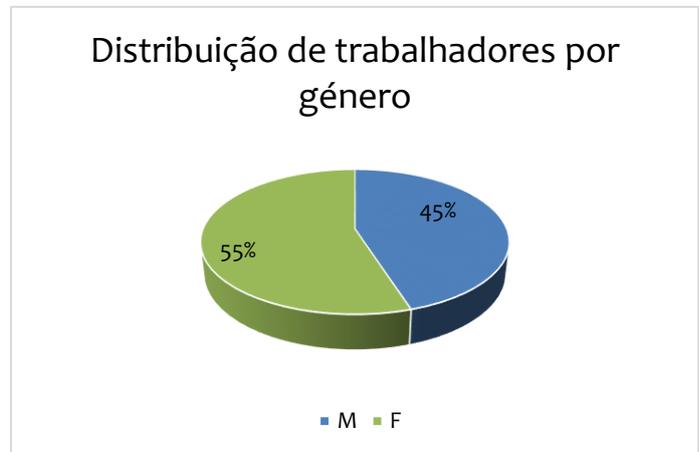
Em termos evolutivos o Mapa de Pessoal apresentava, em 31 de dezembro, o seguinte contingente:

Carreira	2014	2015	2016	2017	2018
Dirigente	4	4	4	4	4
Técnico Superior	43	42	42	41	43
Assistente Técnico	44	44	44	44	47
Assistente Operacional	107	101	98	97	96
Pessoal Auxiliar	1	1	1	1	1
Informática	7	7	7	7	7
Fiscal Municipal	3	3	3	3	3
Total de postos de trabalho ocupados no mapa de pessoal	209	202	199	197	201
Em comissão de serviço (dirigentes)	4	4	4	4	4
Em mobilidade interna	2	1	1	0	1
Em comissão extraordinária de serviço (eleito local)	1	1	1	1	1
Em mobilidade para serviço da Administração Central	1	1	1	0	0
Em mobilidade para Órgão da Administração Local	0	1	1	1	0
Em licença sem remuneração	1	1	1	2	2
Total efetivo de trabalhadores	200	193	190	189	193

Distribuição de trabalhadores por género

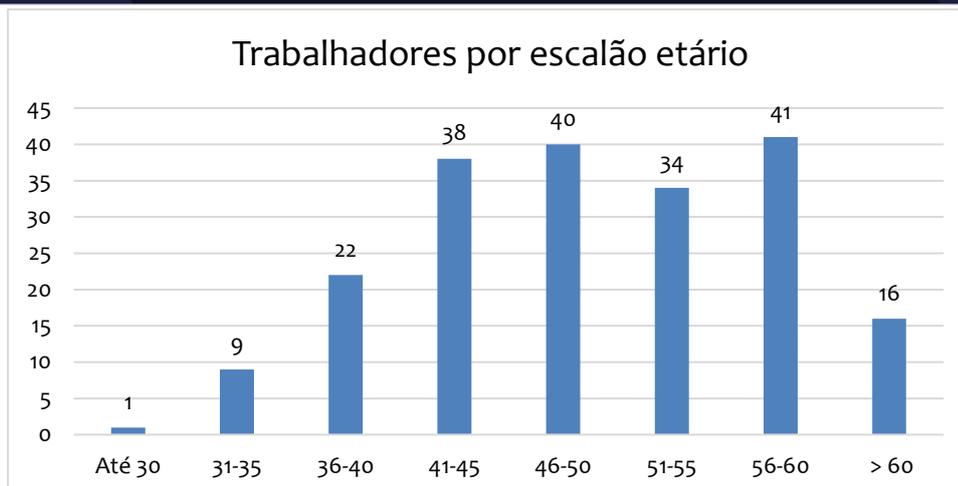
O universo dos trabalhadores do município é representado maioritariamente por trabalhadores do género feminino (106), que representam 55 % da totalidade dos trabalhadores, ao passo que os trabalhadores do género masculino (87), que representam cerca de 45 % do universo dos trabalhadores em exercício de funções no Município de Terras de Bouro.

As carreiras onde é possível verificar maior número de trabalhadores do género feminino são as de Técnico Superior e de Assistente Técnico. Já ao nível das carreiras de Assistente Operacional, Informática e de Fiscal Municipal verificam-se mais trabalhadores do género masculino. O género feminino não se encontra representado ao nível dos dirigentes.



Distribuição de Trabalhadores por escalão etário

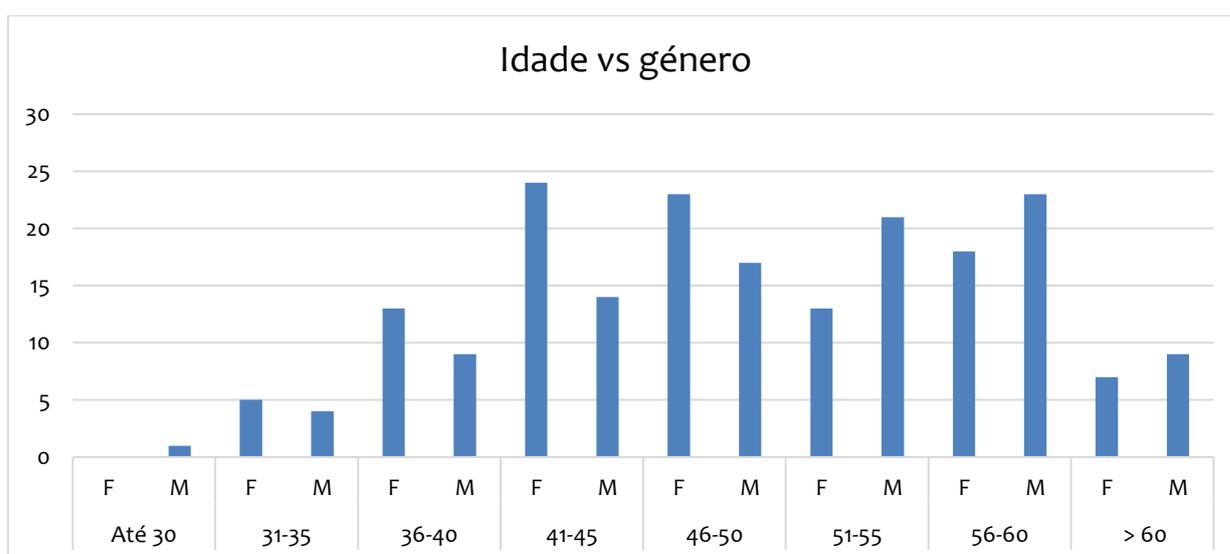
O gráfico que se segue demonstra o continuado envelhecimento do universo de trabalhadores da autarquia. De facto, mais de 65 % dos trabalhadores encontram-se nos escalões etários acima dos 45 anos. Por outro lado, o escalão etário “Até 30 anos” apresenta apenas um trabalhador, ao passo que no escalão “superior a 60 anos” se encontram 16 trabalhadores.



O envelhecimento do universo dos trabalhadores da autarquia justifica-se com os sucessivos aumentos da idade de reforma que, por seu lado se justificam com o aumento da esperança média de vida.

Distribuição de trabalhadores por escalão etário e género

Quanto à distribuição do universo dos trabalhadores em função da idade e do género verifica-se, pela análise do gráfico, que os trabalhadores do género masculino são os que ocupam os escalões de idade superior, sendo que cerca de 71 % dos trabalhadores, do género masculino, tem idade superior a 45 anos de idade. Por outro lado, do universo dos trabalhadores do género feminino, verifica-se que 41 % das trabalhadoras tem idade igual ou inferior a 45 anos de idade.



PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018



Evolução de número de trabalhadores e despesas com o pessoal

	2014	2015	2016	2017	2018
Total de efetivos	200	193	190	189	193
Evolução efetivos	- 4,31%	- 3,50%	- 1,55%	- 0,53%	2,12%
Despesa paga	3 976 097,91	3 859 855,49	3 795 184,58	4 031 312,66	3 994 302,99
Evolução Despesa paga	4,79%	- 2,92%	- 1,68%	6,22%	- 0,92%
Despesa por trabalhador	19 880,49	19 999,25	19 974,66	21 329,70	20 695,87
Evolução despesa/trabalhador	9,51%	0,60%	- 0,12%	6,78%	- 2,97%

Quanto à evolução do número de trabalhadores verifica-se um acréscimo de cerca de 2% fruto das admissões verificadas em sede do PREVPAP. No entanto, as despesas com o pessoal apresentam um decréscimo de cerca de 1. Este aumento reflete-se também na despesa paga por trabalhador que apresenta um aumento de cerca de 7 %.